

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 4 – ERRATAS**

ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/8/2025

Às 16h11min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Lohanna, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Andréia de Jesus. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 3.704/2022, que dispõe sobre a criação do Observatório Estadual da Violência contra a Mulher, e conhecer a experiência do Observatório Interseccional de Gênero de Minas Gerais – Observa Minas –, iniciativa da Fundação João Pinheiro – FJP – em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, que objetiva gerar conhecimento e divulgar informações científicas sobre políticas públicas para mulheres. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Marina Alves Amorim, coordenadora do Observa Minas, por parte da FJP; Lorene Castro Borboleta de Lima, assessora do Observa Minas, por parte da Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Subpdm/Sedese, representando a subsecretária; Milene Tomoike, assessora parlamentar do Observatório da Mulher contra a Violência – OMV; e Claudilene da Costa Ramalho, coordenadora do Observatório dos Direitos da Mulher dos Vales Jequitinhonha e Mucuri. A presidenta, coautora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra às deputadas Lohanna e Andréia de Jesus, também coautoras do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/9/2025

Às 14h25min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e a proceder, em audiência de convidados, à entrega do diploma referente ao voto de congratulação com o Sr. Diogo Luna Moreira, formulado em atenção ao Requerimento nº 11.770/2025. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (dois ofícios em 24/4/2025); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 24/4/2025); do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (um ofício em 17/7/2025); da Câmara Municipal de Raul Soares (um ofício em 3/7/2025); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 9/7/2025); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 11/7/2025 e um ofício em 17/7/2025). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência registra a presença dos Srs. Diogo Luna Moreira, delegado regional de polícia em Itabira, e Weverton Leandro Santos Andrade, ex-vereador, advogado e assessor parlamentar. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem aos votos, tece suas considerações. A seguir, procede à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o homenageado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2025.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/9/2025

Às 16h8min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Dr. Maurício, Coronel Henrique e Arnaldo Silva (substituindo a deputada Lud Falcão, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.646/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Raul Belém). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 13.301 e 13.349/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 16.645/2025, da deputada Lud Falcão, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cooperativa de Suinocultores – Suinco – pela comemoração dos 22 anos de sua fundação e pela trajetória de união, crescimento e inovação que a consolidou como a maior processadora de carne suína do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2025.

Coronel Henrique, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/9/2025

Às 9h12min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e Lohanna e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Prefeitura Municipal de Barroso (um ofício em 5/9/2025); da Prefeitura Municipal de Frei Inocêncio (um ofício em 5/9/2025); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (dois ofícios em 5/9/2025); e da Secretaria de Estado de Educação (cinco ofícios em 12/9/2025). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.593/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se, nesse momento, a presença do deputado Hely Tarquínio e a saída do deputado Professor Cleiton e da deputada Lohanna. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.439/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Taiobeiras pedido de informações, em complementação ao Ofício GAB nº 279/2025, enviado em resposta ao Requerimento nº 11.846/2025, que trata da adesão do município ao projeto Mãos Dadas, sobre se houve avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa concedida pela câmara municipal, conforme determina o art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, enviando-se a esta Casa, em caso afirmativo, cópia dos documentos que comprovam essa avaliação; se houve a realização de estudos de médio e longo prazos que tenham atestado a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para absorção de eventuais despesas de natureza continuada geradas em virtude das novas matrículas, especificando-se se estão previstas no orçamento municipal e enviando-se a esta Casa, em caso afirmativo, cópias desses documentos; quais são as nomenclaturas dos cargos, especificando-se a respectiva habilitação ou escolaridade dos profissionais da rede municipal de ensino que atuam no atendimento aos alunos com deficiência; quais são os valores complementados pelo município com recursos próprios para atender as novas matrículas, detalhando-se os valores, a finalidade e a natureza desses recursos; qual é a legislação que trata do plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; e qual é o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental que foram absorvidas pelo município em decorrência do referido projeto;

nº 16.440/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Prudente de Morais pedido de informações, em complementação ao Ofício GAB nº 202/2025, de 18/7/2025, enviado em resposta ao Requerimento nº 11.912/2025, que trata da adesão do município ao projeto Mãos Dadas, consubstanciadas nas cópias dos documentos que comprovem a avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do Município de Prudente de Morais, nos termos da exigência contida no art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998; em documento que esclareça se há demanda reprimida de vagas pela comunidade escolar para a educação infantil no âmbito do município e, em caso afirmativo, informe o quantitativo de vagas reprimidas; nas cópias dos documentos que tratam dos estudos de médio e longo prazos que atestaram a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município e as eventuais despesas de natureza continuada, em virtude da absorção dessas novas matrículas, esclarecendo-se se estão previstas no orçamento municipal; em documento contendo as nomenclaturas ou a descrição detalhada dos cargos com as respectivas habilitação e escolaridade dos profissionais da rede municipal de ensino que atuam no atendimento educacional especializado, uma vez que o município informou que “houve contratações de acordo com a necessidade das turmas formadas”; em documento que esclareça se os profissionais efetivos do Estado que se encontram em adjunção no município estão cumprindo a jornada de 1/3 extraclasse de acordo com a Lei nº 15.293, de 2004; nas cópias dos termos de adesão; em

documento contendo as jornadas de cada uma das carreiras dos servidores da educação municipal e esclarecendo se há cumprimento do pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e de seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, bem como se houve a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino; em documento que esclareça a legislação que trata do plano de carreira, cargos e salários dos profissionais da educação municipal; e em documento contendo esclarecimentos sobre os instrumentos ou mecanismos de gestão democrática de ensino na rede municipal;

nº 16.443/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Sacramento pedido de informações, em complementação ao Ofício nº 271/2025/GP, de 9/7/2025, enviado em resposta ao Requerimento nº 11.931/2025, que trata da adesão do município ao projeto Mãos Dadas, consubstanciadas em cópia dos documentos que comprovem a avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do Município de Sacramento, nos termos da exigência contida no art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998; nos estudos de médio e longo prazos que atestaram a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária do município para a absorção de novas matrículas do ensino fundamental e as eventuais despesas de natureza continuada, conforme informado pelo ente público municipal; e em documento contendo as nomenclaturas ou a descrição detalhada dos cargos com a respectiva habilitação ou escolaridade dos profissionais da rede municipal de ensino que atuam no atendimento educacional especializado;

nº 16.444/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Tocantins pedido de informações, em complementação ao Ofício nº 181/2025, enviado em resposta ao Requerimento nº 11.927/2025, que trata da adesão do município ao projeto Mãos Dadas, consubstanciadas em cópias do termo de adesão e dos convênios ou instrumentos firmados entre o Estado e o município em consequência do projeto, com o detalhamento dos valores fixados nesse acordo;

nº 16.687/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas em cópia de todos os acordos, convênios, termos, contratos, parcerias e instrumentos jurídicos firmados entre a Secretaria de Estado de Educação – SEE – e o Serviço Social da Indústria, Departamento Regional de Minas Gerais – SESI-DRMG – em relação ao Termo de Cooperação nº 120825048/2025 – Processo SEI nº 1260.01.0175165/2024-44;

nº 16.744/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Planejamento – Seplan – de Belo Horizonte pedido de providências para que seja incluída na proposta orçamentária para 2026 a construção de uma unidade do Colégio Ordem e Progresso na região Norte de Belo Horizonte, preferencialmente em Venda Nova;

nº 16.784/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os idealizadores dos projetos Criança que Lê Constrói uma Sociedade Melhor a Cada Página, Jovem que Lê o Mundo e Família que Lê;

nº 16.787/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do encerramento da transferência de tecnologia da vacina contra a meningite ACWY pela Fundação Ezequiel Dias – Funed –, bem como do atraso na produção de soros antipeçonhentos;

nº 16.789/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada visita à Fundação Ezequiel Dias – Funed –, para verificar o processo de produção de soros e dos demais medicamentos e imunobiológicos e avaliar a estrutura, os desafios e as potencialidades da fundação no atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde – SUS;

nº 16.792/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Tupaciguara pedido de informações, em complementação Ofício nº 324/2025, de 5/8/2025, enviado em resposta ao Requerimento nº 11.934/2025, que trata da adesão do município ao projeto Mãos Dadas, consubstanciadas em cópias dos documentos que comprovem a avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município, nos termos da exigência contida no art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, uma vez que tal documentação não foi encaminhada por meio do referido ofício;

nº 16.794/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de São João do Oriente pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.795/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Santa Bárbara do Leste pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.796/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Ipanema pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.797/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Ipaba pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.798/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Inhapim pedido de informações sobre a adesão desse município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.799/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Iapu pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.800/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Caratinga pedido de informações sobre a adesão desse município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.801/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Tombos pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.802/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Orizânia pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.803/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Fervedouro pedido de informações sobre a adesão desse município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.804/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Espera Feliz pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.805/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Carangola pedido de informações sobre a adesão do município ao projeto Mãos Dadas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 16.811/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega de diploma referente ao voto de congratulações de que trata o Requerimento em Comissão nº 13.217/2025;

nº 16.822/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet-MG – pelos 115 anos de sua fundação;

nº 16.823/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsa-MG – pedido de providências para acompanhar e fiscalizar as intervenções que tenham finalidade de sanar as irregularidades constatadas quanto ao abastecimento de água potável e ao esgotamento sanitário nas escolas da rede pública estadual, amplamente documentadas e veiculadas na imprensa;

nº 16.824/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para sanarem as irregularidades constatadas quanto ao abastecimento de água potável e ao esgotamento sanitário nas escolas da rede pública estadual, por meio da apresentação de plano emergencial de medidas que assegurem o fornecimento regular de água potável e a substituição das fossas rudimentares por sistemas adequados de tratamento de esgoto, especialmente nas unidades escolares situadas em áreas rurais e em municípios com maior vulnerabilidade;

nº 16.825/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação, ao governador do Estado e ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre as

irregularidades constatadas quanto ao abastecimento de água potável e ao esgotamento sanitário nas escolas da rede pública estadual, especificando-se quantas escolas não dispõem de abastecimento de água potável conforme as normas federais e estaduais de certificação de qualidade; quantas escolas não contam com sistema adequado de esgotamento sanitário, esclarecendo-se quais delas utilizam fossas rudimentares; quais são os critérios adotados pelo governo do Estado para priorizar obras de saneamento básico nas unidades escolares; qual é o cronograma oficial de ações e investimentos para a universalização do abastecimento de água potável e do esgotamento sanitário nas escolas estaduais; e quais são os recursos financeiros aplicados nos últimos sete anos em infraestrutura de saneamento escolar, discriminados por região do Estado, encaminhando-se ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – todas os esclarecimentos prestados;

nº 16.834/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Frei Inocêncio pedido de informações, em complementação Ofício nº 121/2025, enviado em resposta ao Requerimento nº 11.862/2025, que trata da adesão do município ao projeto Mãos Dadas, consubstanciadas nos documentos que comprovam a avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do Município de Frei Inocêncio, nos termos da exigência contida no art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, uma vez que, no referido ofício, a documentação solicitada pela comissão não foi enviada pelo ente público municipal; em cópia do estudo de médio e longo prazos que atestou a sustentabilidade econômica, financeira e orçamentária da absorção, pelo município, de novas matrículas do ensino fundamental e das eventuais despesas de natureza continuada, conforme informado pelo ente público municipal no referido ofício, ressaltando que não foram remetidos os documentos solicitados pela comissão; em documentos contendo esclarecimentos sobre a realização, pelo município, de reuniões prévias com todos os trabalhadores da educação básica que estavam lotados nas escolas estaduais impactadas pela adesão ao projeto Mãos Dadas e sobre a realização de algum tipo de consulta prévia, diálogo, audiência pública ou debate amplo com a comunidade escolar da região, ressaltando que tal informação não restou esclarecida no referido ofício; em documento contendo as nomenclaturas ou a descrição detalhada dos cargos com a respectiva habilitação ou escolaridade dos profissionais da rede municipal de ensino que atuam no atendimento educacional especializado ao aluno com deficiência e em documento fornecendo esclarecimentos sobre a existência de sala de recursos multifuncionais para o atendimento a esse grupo de alunos; e em documento contendo esclarecimentos sobre o pagamento do piso salarial profissional do magistério como vencimento básico e seus reajustes, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 2008, e sobre a implementação do 1/3 de jornada extraclasse na rede municipal de ensino, uma vez que tal informação não restou esclarecida pelo município no Ofício nº 121/2025, de 21/8/2025;

nº 16.835/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Barroso pedido de informações, em complementação ao ofício enviado em resposta ao Requerimento nº 11.848/2025, que trata da adesão do município ao projeto Mãos Dadas, consubstanciadas em cópia dos documentos que comprovam a avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do Município de Barroso, nos termos da exigência contida no art. 3º da Lei Estadual 12.768/98; e em documento contendo as nomenclaturas ou a descrição detalhada dos cargos, com a respectiva habilitação ou escolaridade, dos profissionais da rede municipal de ensino que atuam no atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, bem como esclarecimentos sobre a existência ou não de sala de recursos multifuncionais para esses alunos;

nº 17.011/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Bernardo Nascimento Melgaço Costa por sua relevante contribuição para a educação no Estado, na defesa da memória, da verdade e da justiça histórica, por meio da luta pela preservação e pela alteração do nome da Área de Proteção Ambiental – APA – Parque Fernão Dias para APA Parque Cataguás, como ação pedagógica de reconhecimento dos povos originários dizimados pela colonização na região de Contagem;

nº 17.012/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Mariana Dias por sua relevante contribuição para a educação no Estado, na defesa da memória, da verdade e da justiça histórica, por meio da

luta pela preservação e alteração do nome da Área de Proteção Ambiental – APA – Parque Fernão Dias para APA Parque Cataguás, como ação pedagógica de reconhecimento dos povos originários dizimados pela colonização na região de Contagem;

nº 17.016/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o quantitativo de servidores que adquiriram o direito ao Adicional de Valorização da Educação Básica – Adveb – cujos atos de concessão estão pendentes de publicação e não o receberam, bem como sobre o planejamento para a quitação de todo o passivo pendente de pagamento;

nº 17.017/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a possível nomeação de servidores para funções gratificadas para fins de atuação em funções próprias do cargo da carreira técnico da educação – TDE – nas superintendências regionais de ensino, especificando-se, caso confirmada essa atuação, o quantitativo, o cargo efetivo de origem, o valor da gratificação e a lotação desses profissionais;

nº 17.018/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação imediata dos valores já aprovados em planilhas orçamentárias destinados à execução das obras de reforma geral e de reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Abeilard Pereira, localizada no Município de Lagoa Dourada;

nº 17.019/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja revista, com urgência, a atual coabitação da Escola Estadual Carmosina Durães Martins e da Escola Municipal Tiradentes, no Município de Arinos, em razão de denúncias da comunidade escolar sobre inúmeros transtornos, tais como a limitação na oferta de horários de aulas em turnos diversos, aumento da evasão escolar, o desgaste da estrutura física da escola e a ocorrência de conflitos entre servidores das duas redes de ensino;

nº 17.020/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja reaberto o prazo destinado ao envio de títulos acadêmicos e da documentação referente ao tempo de serviço pelos candidatos inscritos no concurso público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 1/2025;

nº 17.023/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Pedro de Alcântara Nogueira, no Município de Ribeirão das Neves, para averiguar a estrutura física da unidade escolar e o andamento das obras de reforma iniciadas em 2021;

nº 17.026/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, em Belo Horizonte, para escutar a comunidade universitária sobre os problemas do prédio que abriga a escola;

nº 17.027/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a possível intenção do governo de suspender as atividades ou descontinuar os centros de capacitação de profissionais da área da surdez – CAS –, dos centros de apoio pedagógico às pessoas com deficiência visual – CAP –, bem como das equipes multiprofissionais das escolas estaduais especializadas no atendimento a pessoas com deficiência;

nº 17.034/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja revista a decisão de fechamento de uma turma do 1º ano e duas turmas do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual Provedor Theófilo Tavares Paes, em Monte Sião, com a manutenção das turmas no plano de atendimento de 2026, assegurando-se condições adequadas de aprendizado, sem superlotação das salas, e preservando-se o vínculo pedagógico já estabelecido entre os alunos;

nº 17.035/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a Resolução SEE nº 5.166, de 2025, e a Resolução SEE nº 5.187, de 2025, que institui o projeto Ser Docente, destinado à formação para professores em estágio probatório, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – SEE –,

esclarecendo-se qual foi a motivação e base legal para a SEE estabelecer, por meio de resolução, a obrigatoriedade de participação no projeto Ser Docente como requisito adicional ao estágio probatório dos professores aprovados no concurso regido pelo Edital Seplag/SEE nº 3/2023, tendo em vista que a Constituição Estadual, a Lei nº 869, de 1952, a Resolução Conjunta Seplag/SEE nº 7.110, de 2009, e o Decreto nº 45.851, de 2011, já disciplinam de forma taxativa os requisitos para aquisição de estabilidade no serviço público; se a SEE pretende organizar novos projetos de formação continuada para os próximos concursos; de que forma a avaliação formativa e somativa prevista no Ser Docente se articula com os critérios oficiais da Avaliação Especial de Desempenho – AED; de que forma a SEE pretende compatibilizar os novos critérios avaliativos (avaliação formativa, somativa, portfólio, vídeos, autoavaliação) com os já estabelecidos na Resolução Conjunta Seplag/SEE nº 7.110, de 2009; se os resultados do Ser Docente podem ser determinantes para o conceito “apto” ou “inapto” na AED; se as atividades do projeto Ser Docente serão realizadas dentro da jornada extraclasse, impondo sobrecarga ao servidor; caso a carga horária extraclasse seja utilizada, como o professor realizará as atividades de planejamento, avaliação, reuniões e outras atribuições do cargo, como preenchimento de diários e formulários; qual é o tempo total de duração do projeto Ser Docente; qual será a carga horária semanal exigida dos professores em estágio probatório no projeto Ser Docente; quais critérios objetivos definirão se o professor cumpriu adequadamente a formação do projeto Ser Docente, considerando que a resolução não detalha os parâmetros mínimos de frequência, desempenho ou carga horária; de que forma a SEE compatibiliza a exigência do Ser Docente com os requisitos taxativamente previstos nos critérios do art. 5º da Resolução Conjunta Seplag/SEE nº 7.110, de 2009; quais serão as consequências para o professor que não cumprir integralmente as exigências do projeto Ser Docente; em caso de reprovação no projeto, se haverá possibilidade de recurso administrativo específico, distinto da AED; caso o servidor seja reprovado na avaliação do Ser Docente e considerado apto conforme o art. 18 do Decreto nº 45.851, de 2011, qual legislação determinará a aprovação ou não do servidor; se pode uma resolução administrativa inovar no plano jurídico, criando novos requisitos, sem lei ou decreto que a autorize, considerando que o Decreto nº 45.851, 2011, estabelece de forma detalhada a metodologia da AED; por que a Resolução nº 5.166, de 2025, não trouxe informações claras quanto ao cronograma, à carga horária, à metodologia de acompanhamento e aos parâmetros de avaliação; quem serão os citados mentores que avaliarão os servidores; quem serão os citados tutores que avaliarão os servidores; quais servidores farão parte da Coordenação Central da SEE; quais são os critérios utilizados para a contratação das instituições e do núcleo pedagógico citados na Resolução nº 5.166, de 2025; e se existe manual, instrução normativa ou documento complementar que detalhe essas informações;

nº 17.036/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam adotadas medidas urgentes quanto às falhas recorrentes no Sistema Mineiro de Administração Escolar – Simade –, que têm prejudicado significativamente a gestão escolar e o processo pedagógico nas escolas da rede estadual de educação;

nº 17.037/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos trabalhadores da educação do Município de Rio Acima expostos aos riscos decorrentes da mineração e das rotas de lama em caso de rompimento de barragens;

nº 17.040/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Nelma Alves de Almeida Soares, que trata de férias-prêmio, conforme solicitação feita por essa parlamentar à SEE, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 9/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008494-8/2025;

nº 17.041/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Viviane Moreti de Souza, que trata de contagem de tempo de serviço, conforme solicitação

feita por essa parlamentar à SEE, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 9/9/2025, sob o Protocolo nº101848.008488-2/2025;

nº 17.042/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Lucileia Simiquelli, que trata de férias-prêmio, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 9/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008491-4/2025;

nº 17.043/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Maria Vilma Mendes Silva, que trata de contagem de tempo de serviço, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 30/9/2024, sob o Protocolo nº 101848.004485-3/2024;

nº 17.044/2025, do deputado Neilando Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otoni pelos 60 anos de sua fundação;

nº 17.045/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Maria Aparecida Gomes Carvalho, que trata do impedimento de as professoras dos anos iniciais na função de ensino e uso da biblioteca serem aproveitadas na função de professor de apoio quando habilitadas, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 8/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008434-6;

nº 17.046/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Débora Mara de Oliveira Lima, referente ao impedimento de as professoras dos anos iniciais na função de ensino do uso da biblioteca serem aproveitadas na função de professor de apoio quando habilitadas, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 11/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008592-1/2025;

nº 17.047/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de publicação de aposentadoria do Sr. Júlio Cezar Silva Costa, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 11/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008593-6/2025;

nº 17.048/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência – CAOIPCD –, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, as notas taquigráficas da 35ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a importância da manutenção da Escola Estadual Dona Argentina Vianna Castelo Branco, localizada em Belo Horizonte, para a comunidade escolar da região, bem como discutir a necessidade de ampliação de vagas nessa escola para atender a demanda por matrícula;

nº 17.049/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à Coordenadoria da Defensoria Pública do Idoso e do Deficiente de Minas Gerais as notas taquigráficas da 35ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a importância da manutenção da Escola Estadual Dona Argentina Vianna Castelo Branco, localizada em Belo Horizonte, para

a comunidade escolar da região, bem como discutir a necessidade de ampliação de vagas nessa escola para atender a demanda por matrícula;

nº 17.050/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja revogada a exigência de regularidade junto ao Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região – Cref6-MG – para que professores de educação física possam atuar na educação básica estadual, garantindo, assim, tratamento isonômico em relação aos demais docentes da rede;

nº 17.053/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido da Sra. Driele Martins Custódio Gonçalves, que se refere a afastamento para estudos, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 12/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008621-4/2025;

nº 17.054/2025, do deputado Luizinho, em que requer seja realizada audiência pública para debater o descumprimento, por parte do governo do Estado, do acordo firmado com o Município de Nepomuceno para a construção de duas novas escolas municipais, no âmbito do programa Mãos Dadas;

nº 17.064/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de análise de situação funcional da Sra. Aline Maria de Oliveira Azevedo, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 15/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008681-6/2025;

nº 17.065/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja processado o pedido de revisão da aposentadoria da Sra. Maria Barbosa dos Reis Vieira, Masp nº 258481-1, conforme solicitação feita por essa parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG –, em 11/9/2025, sob o Protocolo nº 101848.008594-0/2025;

nº 17.071/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para proceder à nomeação do Sr. João Paulo Ramos Cândido Martins, aprovado em 3º lugar para o cargo de analista educacional – técnico-administrativo, para a Superintendência Regional de Ensino – SRE – de Passos, no concurso público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 3/2023, que se encontra vigente.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/9/2025

Às 9h42min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Hely Tarquínio, Thiago Cota e João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é

dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.226/2020 e 3.144/2024, no 2º turno, e 2.436/2024, no 1º turno (deputada Beatriz Cerqueira); 1.695/2023, no 2º turno, e 4.081/2025, no 1º turno (deputado Charles Santos); 2.734/2021, no 2º turno e 2.451/2024, no 1º turno (deputada Nayara Rocha); 3.522/2022 e 1.172 e 1.568/2023, no 1º turno (deputado Professor Cleiton); 3.701/2022, no 2º turno, e 3.724/2025, no 1º turno (deputado Rodrigo Lopes); 1.876/2023, no 2º turno, e 3.647/2025, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Charles Santos, que conclui pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 4.081/2025, o presidente defere o pedido de vista formulado pela deputada Beatriz Cerqueira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.024/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a simplificação das normas relativas à apresentação de atestados médicos e à realização de perícias médicas por parte dos servidores públicos do Estado, visando a maior eficiência na publicação das licenças para tratamento de saúde e nos recursos contra decisões periciais.

nº 17.031/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig Saúde pedido de informações sobre o descredenciamento da clínica de hemodiálise Nefrostar, em Belo Horizonte, enviando-se a esta Casa cópia da ata da reunião que decidiu pelo referido descredenciamento, bem como os documentos informativos referentes aos relatórios de auditoria na clínica em questão e em outras clínicas credenciadas.

nº 17.032/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja apurado o descredenciamento da clínica de hemodiálise Nefrostar pela Cemig Saúde.

nº 17.033/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig Saúde pedido de informações sobre o Processo nº 5311861-70.2024.8.13.0024, consubstanciadas em documento que contenha o valor cobrado e o valor do acordo realizado no bojo desse processo, dados que estabeleçam a média de procedimentos pagos a outros prestadores com relação às glosas, a fim de se averiguar se houve eventual pagamento maior do que a média cobrada de outros prestadores, e o motivo pelo qual a Cemig Saúde fez o referido acordo e eventualmente estabeleceu o pagamento em porcentagens maiores que outros estabelecimentos de saúde que prestaram procedimentos glosados; e em cópias do referido acordo, dos pedidos de glosa da empresa e das atas de reuniões da diretoria e do conselho que aprovaram esse acordo.

nº 17.067/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Bocaina de Minas pedido de providências para enviar à comissão, com brevidade, relatório contendo informações sobre a execução de emenda parlamentar indicada por este deputado ao Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$180.000,00, registrada no Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias – Sigcon – sob o nº 159322, paga em 26/6/2025, por meio da Resolução SES nº 10.098, de 2025.

nº 17.080/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre o protocolo adotado pela instituição em caso de afastamento para tratamento de saúde mental de condições decorrentes do exercício do cargo, inclusive em relação à prestação de assistência ao servidor.

nº 17.081/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a criação, no âmbito da Corregedoria-Geral da PCMG, de subcorregedoria específica para atuar em casos de assédio moral dentro dessa instituição.

nº 17.082/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para averiguar os casos de denúncia de assédio moral apresentados no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e esclarecer o andamento das apurações.

nº 17.083/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho – MPT – pedido de providências para fiscalização dos casos de assédio moral no ambiente policial, com ênfase na Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG.

nº 17.084/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, ao Ministério Público do Trabalho – MPT –, à Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE-MG –, ao Ministério das Mulheres – MM –, ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC – e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP – as notas taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a aplicação da Lei Rafaela Drummond e analisar o aumento dos casos de assédio moral no âmbito do serviço público estadual.

nº 17.087/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para responder às indagações e solicitações feitas pelo Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindesp-MG – e pela Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Aespol-MG.

nº 17.105/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.222/2025, de autoria do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Minas Gerais Participações S.A. – MGI –, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2025.

Adalclever Lopes, presidente – Charles Santos – Antônio Carlos Arantes – Zé Laviola.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/9/2025

Às 16h40min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Doorgal Andrada, Bruno Engler, Grego da Fundação, João Magalhães (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BAM) e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da deputada Amanda Teixeira Dias, renunciando à relatoria do Projeto de Lei nº 3.138/2024, e do deputado Professor Cleiton, solicitando a juntada de documentos necessários à tramitação do Projeto de Lei nº 3.388/2025. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais foram designados como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.154, 4.184, 4.220, 4.237, 4.265 e 4.279/2025, no 1º turno, Projeto de Lei Complementar nº 78/2025, no 1º turno, e Projetos de Lei nºs 4.291 e 4.292/2025, em turno único (deputado Bruno Engler); Projetos de Lei nºs 3.739, 4.172, 4.173 e 4.222/2025, em 1º turno (deputado Doorgal Andrada); Projetos de lei nºs 3.740, 4.165, 4.205, 4.225, 4.227, 4.248, 4.270, 4.276 e 4.294, no 1º turno; e 3.706, 4.196, 4.197, 4.249, 4.240, 4.244, 4.267, 4.272 e 4.287/2025, em turno único (deputado Doutor Jean Freire); Projetos de Lei nºs 4.200, 4.213, 4.216, 4.217 e 4.251 a 4.253/2025, no 1º turno, e 4.194, 4.214, 4.226 e 4.288/2025, em turno único (deputado Lucas

Lasmar); Projetos de Lei nºs 2.478/2024, 4.182, 4.187, 4.206, 4.215, 4.224, 4.228, 4.247, 4.256 a 4.260 e 4.262 a 4.264/2025, no 1º turno, e 4.204, 4.255, 4.271, 4.274, 4.275, 4.278 e 4.284/2025, em turno único (deputada Maria Clara Marra); Projetos de Lei nºs 1.311/2023, 4.190, 4.231, 4.234, 4.242, 4.266 e 4.290/2025, no 1º turno, e 4.195, 4.212, 4.219, 4.221, 4.236, 4.245, 4.277 e 4.296/2025, em turno único, (deputado Thiago Cota); Projetos de Lei nºs 4.188, 4.238, 4.239, 4.243, 4.281 e 4.289/2025, no 1º turno (deputado Zé Laviola). Registra-se a presença dos deputados Zé Laviola e Lucas Lasmar, membros da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Doorgal Andrada, sobre o Projeto de Lei nº 4.222/2025, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.865/2025, do deputado Zé Laviola, em que requer seja realizada consulta pública no *site* desta Casa sobre o Projeto de Lei nº 2.818/2024, que institui o Dia Estadual da Juventude Rural;

nº 16.942/2025, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os investimentos da Copasa previstos para o período de 2023 a 2026 e os investimentos efetivamente realizados pela companhia até 10/9/2025;

nº 17.159/2025, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada consulta pública no *site* desta Casa sobre o Projeto de Lei nº 4.245/2025, que institui o Dia do Eucalipto, a ser celebrado no Estado, anualmente, no dia 10 de outubro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola – Doutor Jean Freire – Lucas Lasmar – João Magalhães – Charles Santos.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/9/2025

Às 10h11min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, a presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos do fechamento, pela Secretaria de Estado de Educação, da Escola Estadual 13 de Maio, no Município de Uberlândia, para a comunidade escolar. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Maria Ingrid Barroso Fontenele, mãe de aluno da Escola Estadual 13 de Maio; Onília Maria de Oliveira Borges, diretora da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, representando o secretário de Estado de Educação (por meio de videoconferência); e Rosângela Barbosa de Alecrim Silva, coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – Subsede Uberlândia; e os Srs. Marcos Santos Barbosa, professor da educação básica da Escola Estadual 13 de Maio; Reginaldo Antônio Guirlanda, analista educacional da Diretoria de Gestão do Atendimento Escolar da Secretaria de Estado de Educação, também representando o secretário; e Ronaldo Amélio Ferreira, vereador da Câmara Municipal de Uberlândia. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 17 horas do dia 22 de setembro de 2025, destinada a homenagear a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2025.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Amanda Teixeira Dias e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/9/2025, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a recente destruição de casas realizada por agentes públicos, sem ordem judicial e com violação de direitos humanos, ocorrida na região do Paraíso, em Felixlândia.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Amanda Teixeira Dias e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 22/9/2025, às 14 horas, ao Conselho Tutelar da Região Oeste, em Belo Horizonte, com a finalidade de buscar informações sobre os principais desafios que impactam a efetividade do sistema de proteção à infância e à adolescência nessa região.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2025.

Bella Gonçalves, presidenta.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 15/9/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Luiz Fernando Vilela Leite, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Bancada do PL;

nomeando Cristina Bispo dos Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Bancada do PL;
nomeando Lucilene da Conceição Silva Gonçalves, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade.

**ERRATAS****ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/9/2025**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/9/2025, na pág. 155, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 12.767/2025, onde se lê:

“da deputada Beatriz Cerqueira e outros”, leia-se:

“da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Arnaldo Silva e outros”.

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/9/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/9/2025, na pág. 175, no resumo do Requerimento nº 13.945/2025, suprima-se o seguinte:

“e seja encaminhado aos referidos órgãos pedido de informações sobre as medidas adotadas para coibir práticas de assédio moral e perseguição contra servidores no município e sobre a política de convocação e posse dos aprovados no concurso público homologado em 2025, em cumprimento ao TAC firmado com o Ministério Público”.